

Criada comissão para analisar relatório do Observatório da Justiça

Ministro convidou sete personalidades, que se reúnem hoje pela primeira vez no Tribunal da Relação de Coimbra

■ O ministro da Justiça, Alberto Martins, criou uma comissão para analisar os relatórios do Observatório Permanente da Justiça (OPJ) sobre a aplicação dos novos Códigos Penal e de Processo Penal e formular propostas de alteração. O Ministério da Justiça adianta em comunicado divulgado ontem que a comissão é presidida pelo secretário de Estado da Justiça, João Correia, e integra também sete personalidades com ligações ao meio judicial ou à docência do Direito.

Alfredo Castanheira Neves, advogado, Euclides Dâmaso, procurador-geral-adjunto, Francisca Van Dunem, procuradora-geral distrital de Lisboa, Helena Mo-

rão, assistente da Faculdade de Direito de Lisboa, José Mouraz Lopes, juiz desembargador, Manuel da Costa Andrade, professor catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra, e Maria Fernanda Palma, professora catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, são as sete personalidades.

«Esta comissão apresentará o seu trabalho até ao termo do corrente ano», refere o comunicado do Ministério da Justiça, segundo o qual a primeira reunião decorre hoje, no Tribunal da Relação de Coimbra.

No despacho que cria a comissão, o ministro Alberto Martins lembra que o programa do Go-

verno para a Justiça destacou o «reforço da eficácia na prevenção, na investigação e na punição do crime». «Neste âmbito, definiu como matricial a obtenção de celeridade e eficácia na investigação criminal, qualificadas como vitais para a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e do Estado de Direito Democrático. E especificou a necessidade de medidas e políticas dirigidas à prevenção e ao combate à acção delituosa, designadamente à criminalidade organizada e económico-financeira e à corrupção», refere o despacho.

O OPJ, que funciona no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra, apre-

sentou ao anterior Governo, no âmbito da avaliação da aplicação dos Códigos Penal e de Processo Penal, relatórios de monitorização onde se «formulam sérias reflexões sobre essa reforma e preconizam 'alterações legais cirúrgicas correctivas' e soluções alternativas para o quadro organizatório actual», refere o ministro.

Explica ainda no despacho que a comissão não fica limitada às conclusões do OPJ, podendo «apresentar outras propostas que se lhe afigurem adequadas à obtenção de uma maior eficácia do sistema de investigação e julgamento na acção penal, no quadro da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos». |

**COMISSÃO
SOBRE JUSTIÇA
REÚNE-SE HOJE
EM COIMBRA**

CRIADA PELO MINISTRO P28